

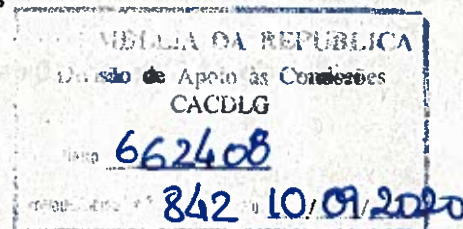


GRUPO PARLAMENTAR

Na reunião de 23 de Setembro de 2010,  
foi aprovado por unanimidade, na  
ausência do CDS-PP, do PAN e do  
deputado único representante do CH.

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Assuntos  
Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,  
Dr. Luís Marques Guedes

### REQUERIMENTO



Foi recentemente nomeado para o cargo de Procurador Europeu de Portugal o magistrado do Ministério Público Dr. José Guerra.

Esta nomeação encontra-se, porém, envolta em polémica, uma vez que o candidato melhor posicionado no concurso aberto para a seleção dos três candidatos designados por Portugal (pela Ministra da Justiça, após o procedimento de seleção a que se refere o artigo 13.º da Lei n.º 112/2019, de 10 de setembro) para o cargo de Procurador Europeu acabou por não ser o candidato nomeado.

Com efeito, o comité de seleção a que se refere o n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento (UE) 2017/1939, do Conselho, de 12 de outubro de 2017, composto por doze personalidades escolhidas entre antigos membros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Constas, antigos membros do Eurojust, membros dos Supremos Tribunais nacionais, procuradores de alto nível e juristas de reconhecida competência, considerou como o melhor candidato ao cargo a magistrada do Ministério Público, Dra. Ana Carla Almeida, responsável no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) pelos processos relativos a fraudes nos fundos comunitários.

Todavia, esta magistrada, apesar de ter sido a melhor posicionada pelo júri internacional, acabou por ser preterida pelo candidato indicado pelo Governo português para o referido cargo, tendo sido antes selecionado e nomeado pelo Conselho da União Europeia, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º do Regulamento (UE) 2017/1939, do Conselho, de 12 de outubro de 2017, o Procurador José Guerra, o que se afigura reprovável.

Esta preterição é ainda mais censurável quando é veiculado publicamente que a Procuradora preterida se encontra a investigar casos que envolvem personalidades ligadas ao partido que sustenta o atual Governo e que o candidato escolhido foi colega da atual titular da pasta da Justiça no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa.

Dist. em 10.09.2020



GRUPO PARLAMENTAR

Nesse sentido, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD requerem a audição, na 1ª Comissão, da Senhora Ministra da Justiça prestar os esclarecimentos necessários sobre este assunto.

Palácio de S. Bento, 10 de setembro de 2020

Os Deputados do PSD,

Carlos Peixoto

Mónica Quintela

Catarina Rocha Ferreira